

O PROBLEMA DA FORMA ASPECTUAL NA CONCEPÇÃO DE SEARLE SOBRE O INCONSCIENTE

Tárik de Athayde Prata

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O artigo examina o papel do conceito de ‘forma aspectual’ – o fato de toda representação representar seu objeto sob certos aspectos, e não outros – na argumentação de Searle para sustentar uma teoria disposicional do inconsciente. Após uma discussão dos argumentos de Searle para a conexão entre a intencionalidade inconsciente e a consciência (seção 2), são discutidas as razões para aceitar que a forma aspectual tem existência objetiva (seção 3) e o modo como a causação mental inconsciente exige a presença de propriedades mentais ocorrentes (seção 4). A única razão para Searle negar a existência mental inconsciente é a sua restrição excessiva, e injustificada, ao ponto de vista subjetivo da experiência consciente (seção 5).

Palavras-chave: Conexão, intencionalidade, consciência, forma aspectual, causação inconsciente, neurobiologia.

Abstract: This paper assess the role of the concept of ‘aspectual shape’ – the fact that all representations represent their objects under certain aspects, and not others – in Searle’s argument for the dispositional theory of the unconscious. After a discussion of his arguments for the connection between unconscious intentionality and consciousness (section 2), the paper discusses the reasons for accepting that the aspectual shape has objective existence (section 3) and the way how unconscious mental causation requires the presence of occurrent mental properties (section 4). The only reason for Searle’s denial of an unconscious mental existence is his excessive, and unwarranted, restriction to the subjective point of view about conscious experience (section 5).

Keywords: Connection, intentionality, consciousness, aspectual shape, unconscious causation, neurobiology.

1. INTRODUÇÃO

Em surpreendente¹ sintonia com a visão de Descartes, para quem “nenhum pensamento pode existir em nós do qual nós não estejamos

¹ Em seus escritos, Searle procura se mostrar como um ferrenho opositor das concepções cartesianas (cf. SEARLE, 1992, p. xii; SEARLE, 1997, p. 2; SEARLE, 1992, p. 13-4; SEARLE, 1997, p. 24-5; SEARLE, 2004, p. 13). Mas é inegável que sua visão da consciência como o fenômeno mental central coincide com a visão de Descartes, apesar de suas tentativas de negar isso (cf. SEARLE, 1992, p. 164-65; SEARLE, 1997, p. 236-37). Outra convergência com o filósofo francês pode ser percebida na inclinação de Searle a conceber a consciência como um *substrato* dos fenômenos mentais (cf. SEARLE, 2002, p. 56; SEARLE, 2010, p. 86; SEARLE, 2004, p. 155), o que parece se assemelhar ao substancialismo de Descartes.

conscientes no exato momento em que ele existe em nós” (*Respostas às quartas objeções*, AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190; CSM, II, p. 172)², John R. Searle considera a consciência como o mais importante dos fenômenos mentais, pois “não temos noção do mental independentemente de nossa noção de consciência” (SEARLE, 1992, p. 18; SEARLE, 1997, p. 31). De acordo com ele, “todas as outras noções mentais – como intencionalidade, subjetividade, causalção mental, inteligência, etc. – só podem ser plenamente compreendidas como *mentais* por meio de suas relações com a consciência” (SEARLE, 1992, p. 84; SEARLE, 1997, p. 125-26), de modo que “o estudo da mente é o estudo da consciência, exatamente no mesmo sentido em que a biologia é o estudo da vida.” (SEARLE, 1992, p. 227; SEARLE, 1997, p. 326).

Porém, mesmo assim, Searle acredita ser impossível prescindir da noção de *inconsciente*, diante de sua grande força explanatória no que diz respeito à nossa vida mental (cf. SEARLE, 1992, p. 151; SEARLE, 1997, p. 217; SEARLE, 2000, p. 174; SEARLE, 2004, p. 239). E nos marcos de uma concepção como a dele, segundo a qual a consciência é o fundamento dos outros fenômenos mentais (cf. PRATA, 2017a, p. 440-42; PRATA, 2017b, p. 59; PRATA, 2017c, p. 206; PRATA, 2019a, p. 16-17; PRATA, 2020a, p. 258) – ou seja, um campo global, do qual os fenômenos mentais são *modificações* (cf. SEARLE, 2002, p. 56; SEARLE, 2010, p. 86; SEARLE, 2004, p. 155) – não é nada fácil compreender como fenômenos *mentais* inconscientes poderiam existir, pois Searle entende a consciência como essencialmente caracterizada pelo *aspecto qualitativo*, pela *subjetividade* e pela *unidade* (cf. SEARLE, 2002, p. 39; SEARLE, 2010, p. 56-57; SEARLE, 2004, p. 136-37; SEARLE, 2015, p. 47), de maneira que se impõe a pergunta:

“Como pode existir um estado que é literalmente mental e ao mesmo tempo totalmente inconsciente? Tais estados careceriam de qualitatividade e subjetividade e não seriam parte do campo unificado de consciência. Então em que sentido, se é que há algum, eles seriam estados *mentais*?” (SEARLE, 2004, p. 237-38).³

² Essa passagem não está incluída na edição brasileira de que tenho conhecimento. Os números romanos dão as referências nos volumes em latim (volume VII) e em francês (volume IX) da edição completa das obras de Descartes feita por Charles Adam e Paul Tannery (AT), bem como da edição em inglês (volume II) preparada por John Cottingham, Robert Stoothoff e Dugald Murdoch (CSM). O título do texto citado tem de ser incluído, porque o volume em francês traz diferentes textos com a mesma paginação.

³ Em trabalhos anteriores, Searle já havia colocado a questão: “Como poderíamos subtrair a consciência de um estado mental e ainda resultar um estado *mental*?” (SEARLE, 1989, p. 195; cf. também SEARLE, 1992, p. 152; SEARLE, 1997, p. 219).

A saída de Searle para esse problema não é nada nova. Ela parece ter sido sugerida pelo próprio Descartes⁴ (embora ele não a tenha articulado em grandes detalhes), já era conhecida de grandes pensadores do passado, como Franz Brentano (1924, p. 144; BRENTANO, 1995, p. 103) e Sigmund Freud (1982, p. 29)⁵, e já foi formulada também por outros filósofos analíticos antes de Searle – como, por exemplo, Arthur Pap (1959, p. 284), Alvin Goldman (1970, p. 86) e David Rosenthal (1986, p. 329), Rosenthal (1997, p. 732), Rosenthal (2017, p. 149).⁶

Trata-se da concepção *disposicional* do inconsciente, isto é, a concepção segundo a qual os fenômenos inconscientes (enquanto permanecem inconscientes) não têm uma existência mental efetiva, mas existem apenas na forma de *disposições* (capacidades causais latentes) para o surgimento de fenômenos mentais conscientes. Comentando a visão cartesiana (da consciência como essência do mental), Rosenthal formula essa visão em termos que são muito próximos daqueles que Searle usaria anos depois:

“Nesse modo de ver as coisas [a visão cartesiana], se quaisquer estados mentais carecem de consciência, eles são casos excepcionais que exigem uma explicação ou uma qualificação especial. Talvez existam estados disposicionais ou cognitivos que não são conscientes, mas não obstante contam como estados mentais. Mas se fosse assim, tais estados seriam derivadamente mentais, devendo seus status mental apenas a sua *conexão* com estados conscientes.” (ROSENTHAL, 1986, p. 329, grifo meu).⁷

⁴ Na tentativa de responder à objeção de que diversas situações sugerem a existência de pensamentos inconscientes, Descartes afirmou: “embora nós sempre estejamos atualmente cientes dos atos ou operações de nossas mentes, nós não estamos sempre cientes das faculdades ou poderes da mente, exceto *potencialmente* [grifo meu]. Com isso quero dizer que quando nos concentramos em empregar uma de nossas faculdades, então, se a faculdade em questão reside em nossa mente, imediatamente nos tornamos atualmente cientes dela, e assim podemos negar que está em nossa mente se não formos capazes de nos tornarmos conscientes dela.” (*Respostas às quartas objeções*, AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190; CSM, II, p. 172). Sobre o caráter disposicional da concepção de Descartes sobre o inconsciente, cf. Prata (2022a, p. 79-80).

⁵ Freud, evidentemente, *rejeitava* a concepção disposicional, pois ele defendia que fenômenos mentais são em si inconscientes.

⁶ Rosenthal, no final das contas, *rejeita* a concepção disposicional, devido à sua convicção de que um estado causalmente eficaz não pode existir como uma disposição (cf. ROSENTHAL, 1986, p. 342).

⁷ No texto *Uma teoria da consciência*, publicado originalmente em 1990, Rosenthal escreve o seguinte a esse respeito: “Alguém poderia tentar defender a ideia de que todos os estados mentais são conscientes insistindo que estados inconscientes seriam meras disposições. Somente estados ocorrentes se qualificariam como estados mentais genuínos, e estes, alguém poderia alegar, são todos conscientes.” (ROSENTHAL, 1997, p. 732; ROSENTHAL, 2017, p. 149). Em uma nota Rosenthal agradece a Ernst

“Conexão”, como veremos adiante, é um conceito central da teoria de Searle a respeito da relação entre o inconsciente e a consciência. Uma disposição é uma capacidade que algo possui, uma capacidade de provocar certos efeitos apenas *se* determinadas circunstâncias forem dadas. Como esclarece Searle: “Quando, por exemplo, dizemos de uma substância que ela é alvejante ou venenosa, estamos atribuindo a uma ontologia química uma capacidade de disposição causal para produzir determinados efeitos” (SEARLE, 1992, p. 161; SEARLE, 1997, p. 231), mesmo que essa substância química não esteja, de fato, provocando tais efeitos.

E é através desse conceito, o conceito de disposição, que ele pretende esclarecer a situação dos fenômenos inconscientes no domínio do mental, alegando que “O conceito de intencionalidade inconsciente é, (...), aquele de uma *latência* relativamente a sua *manifestação* na consciência.” (SEARLE, 1992, p. 161; SEARLE, 1997, p. 231).

Me parece importante ressaltar que, claramente, a palavra “inconsciente” não é um termo disposicional, isto é, não é um termo cujo significado possa ser imediatamente determinado através da especificação de um par de (1) circunstâncias antecedentes e de (2) manifestações, como, por exemplo, o significado da palavra “fragilidade” pode ser determinado pelo par <golpear, quebrar>, ou o significado da expressão “solubilidade em água” pode ser determinado pelo par <colocar em água, dissolver> (cf. PRIOR et al., 1982, p. 251).

O que Searle está tentando fazer, no meu entendimento, é defender que o caráter propriamente *mental* dos fenômenos mentais inconscientes não é uma propriedade categórica, isto é ocorrente, desses fenômenos, mas sim uma propriedade disposicional, dado que esse caráter mental – corporificado, principalmente, na *forma aspectual* dos estados intencionais inconscientes – parece não existir (ou pelo menos parece além de nossas possibilidades de conhecimento) em fenômenos neurofisiológicos.

Para defender essa visão disposicional, Searle oferece alguns argumentos, que se apoiam fortemente, por um lado, (1) na “distinção entre os fenômenos que são genuinamente intencionais e aqueles que, em alguns aspectos, comportam-se como se fossem, mas na realidade não são” (SEARLE, 1992, p. 155; SEARLE, 1997, p. 222) e, por outro lado, (2) no fato de que estados intencionais representam suas condições de satisfação sempre *sob determinados aspectos* – e não outros (cf. SEARLE, 1989, p. 198-99; SEARLE,

Sosa por ter exposto a ele essa concepção do inconsciente (cf. ROSENTHAL, 1997, p. 748, nota de rodapé nº 6; ROSENTHAL, 2017, p. 149, nota de rodapé nº 10).

1990, p. 587; SEARLE, 1992, p. 155-57; SEARLE, 1997, p. 223-26; SEARLE, 2015, p. 207).

Isso significa que as teses mais fundamentais em que se baseiam as argumentações de Searle são que estados intencionais possuem (1) *intencionalidade intrínseca*, e, como consequência disso, possuem (2) *forma aspectual*.⁸ O que ele defende é que estados inconscientes precisariam satisfazer essas duas condições, mas a única maneira como eles podem satisfazê-las – dadas as dificuldades de se conceber a forma aspectual como existindo objetivamente – é existindo enquanto *disposições*, possuindo essas características, por assim dizer, “em potência” (e não “em ato”), através de sua capacidade de gerar (em determinadas circunstâncias) estados conscientes dotados, efetivamente, dessas características (cf. HARRÉ, 2001, p. 97).

Na verdade, um dos temas mais importantes a serem discutidos no presente trabalho é uma certa *ambiguidade* que caracteriza as considerações de Searle a respeito da subjetividade da forma aspectual, pois, por um lado, em certos momentos, ele caracteriza a dificuldade de se conceber a forma aspectual objetivamente em termos de (a) nossa incapacidade de caracterizar completamente a forma aspectual usando predicados objetivos (cf. SEARLE, 1989, p. 199; SEARLE, 1990, p. 587; SEARLE, 1992, p. 157-58). Porém, por outro lado, em outros momentos ele caracteriza essa dificuldade afirmando que (b) a forma aspectual *não existe* no nível neurobiológico (cf. SEARLE, 1990, p. 588; SEARLE, 1992, p. 159; SEARLE, 1997, p. 229; SEARLE, 2004, p. 247; SEARLE, 2015, p. 207).

Avaliar essa ambiguidade é algo decisivo para a devida compreensão do argumento de Searle para o Princípio da Conexão – e para a compreensão da correspondente teoria sobre o inconsciente – porque quando Searle caracteriza nossa dificuldade de conceber a forma aspectual objetivamente em termos de um *abismo inferencial* (SEARLE, 1989, p. 199; SEARLE, 1990, p. 587; SEARLE, 1992, p. 158; SEARLE, 1997, p. 227), ele efetivamente sugere uma existência puramente neurobiológica dessa forma aspectual (cf. SEARLE, 1990b, p. 633; SEARLE, 2004, p. 248), contradizendo suas próprias considerações em outros contextos.

⁸ Searle oferece alguns exemplos para evidenciar o que é a forma aspectual: “Um homem pode acreditar, por exemplo, que a estrela no céu é a Estrela da Manhã sem acreditar que é a Estrela Vespertina. Um homem pode, por exemplo, querer beber um copo d’água sem querer beber um copo de H₂O. Há um número indefinidamente grande de descrições corretas da Estrela Vespertina e de um copo d’água, mas acredita-se em algo em relação a elas, ou deseja-se algo delas somente sob determinados aspectos e não sob outros. Toda crença e todo desejo, na verdade todo fenômeno intencional, tem uma forma aspectual.” (SEARLE, 1992, p. 157; SEARLE, 1997, p. 225-26).

A tese que irei defender é que a causalção mental inconsciente – amplamente defendida por Searle – mostra que, pelo menos quando certos fenômenos inconscientes *causam* comportamentos humanos, a forma aspectual tem de estar presente de modo independente da consciência e, portanto, *objetivo* (cf. a seção 4, a seguir).

O caso é que é bastante claro que o conceito de (2) *forma aspectual* desempenha um papel especialmente importante nas argumentações de Searle a favor de sua teoria disposicional do inconsciente – um papel que é decisivo para a própria existência da (1) intencionalidade intrínseca (enquanto tal), pois todo estado intencional intrínseco tem que possuir a propriedade essencial dos estados intencionais (cf. SEARLE, 1990a, p. 587; SEARLE, 2004, p. 247), a saber: a forma aspectual. Porém, como será discutido a seguir, a maneira como Searle concebe a forma aspectual em suas argumentações levanta sérios problemas, pois, primeiramente, (I) é extremamente questionável que a forma aspectual não possa existir na forma de propriedades objetivas, nesse caso neurofisiológicas (cf., por exemplo, ROSENTHAL, 1990, p. 622; VELMANS, 1990, p. 630), e, em segundo lugar, (II) se os estados inconscientes atuam causalmente *em virtude de sua forma aspectual* específica (cf. SEARLE, 2004, p. 247), então é bastante questionável que eles não sejam efetivamente mentais.⁹

No meu entendimento, o erro de Searle – que o leva (i) a negar que a forma aspectual possa existir de modo *objetivo*, e a (ii) rejeitar a possibilidade de que fenômenos mentais inconscientes existam de modo *ocorrente* – é se restringir excessivamente à consciência, por ela ser o que nos faz *conhecer* (e, principalmente, *vivenciar*) nossos próprios estados mentais, e a partir disso ele tira conclusões sobre a maneira como esses estados *existem*. Entretanto, como adverte Rosenthal, em sua crítica à perspectiva cartesiana: “A consciência parece central para a mentalidade apenas porque ela é tão básica para o modo como conhecemos nossos próprios estados mentais. Mas o modo como conhecemos algo é frequentemente um guia pouco confiável para sua natureza.” (ROSENTHAL, 1986, p. 330).

Por um lado, se estados mentais inconscientes são disposições, então suas formas aspectuais (no caso de estados inconscientes intencionais) tem que existir codificadas em arquiteturas de neurônios e, portanto, (1) tem que possuir um modo de existência *objetivo*. Por outro lado, se estados mentais inconscientes exercem eficácia causal, então eles tem de exercê-la em virtude de (2) propriedades mentais *ocorrentes* (ainda que independentes da consciência),

⁹ Inicialmente, será discutido o primeiro problema (cf. a seção 3), pois ele tem uma relevância especial para o esclarecimento do estatuto ontológico do inconsciente. Mas, em seguida, a discussão do segundo problema mostrará consequências de grande impacto para a teoria de Searle (seção 4).

do contrário eles não seriam as verdadeiras causas dos efeitos que constatamos em nossos comportamentos.

Que razão existe para negar essas conclusões, a não ser que nos deixemos *ofuscar* pelo modo como vivenciamos conscientemente nossos próprios estados mentais? Uma vez que raciocinemos conseqüentemente sobre os indícios relevantes, perceberemos que não há obstáculo para aceitar que (A) a subjetividade ontológica *não é* definidora do mental (como Searle alega) e que (B) um estado inconsciente pode¹⁰ possuir existência mental *efetiva* (e não disposicional).

Para defender essas teses, será seguido o seguinte percurso: primeiramente, será discutido o argumento de Searle, baseado no conceito de forma aspectual, para a conexão entre o inconsciente e a consciência (seção 2). Em seguida, serão discutidos os motivos para se acreditar que essa forma aspectual tem que existir no nível neurobiológico (seção 3). Por fim, a discussão da eficácia causal de fenômenos mentais inconscientes mostrará não só que a forma aspectual existe de forma objetiva (como mostrado na seção anterior) nos estados inconscientes causalmente eficazes, mas também que fenômenos inconscientes (quando eles exercem poderes causais) existem de forma efetivamente mental sem serem vivenciados pelo seu sujeito psicológico (seção 4), o que significa que a visão cartesiana da consciência, à qual Searle, no meu entendimento, adere, é uma visão *fracassada* (seção 5).

2. O ARGUMENTO PARA O PRINCÍPIO DA CONEXÃO

A visão de Searle a respeito do inconsciente, em termos bastante gerais, pode ser expressa na asserção de que “*A noção de um estado mental inconsciente implica acessibilidade à consciência. Não temos nenhuma noção do inconsciente, a não ser como aquilo que é potencialmente consciente.*” (SEARLE, 1992, p. 152; SEARLE, 1997, p. 218). Nesse sentido, o caráter *mental* de um estado que, em dado momento, não se encontra consciente *depende* de sua possibilidade de se tornar consciente, ou seja: “nossa noção de um estado mental inconsciente é parasita em relação a nossa noção de um estado consciente.” (SEARLE, 1992, p. 153; SEARLE, 1997, p. 221).

¹⁰ Ao dizer que um estado inconsciente “pode” ter uma existência mental efetiva (e não disposicional) quero sugerir que muitos estados inconscientes – quando não exercem papel causal em nosso psiquismo – provavelmente tem uma existência meramente disposicional (cf. PRATA, 2018, p. 520). Apenas os estados inconscientes que exercem poderes causais em nossos processos mentais é que – como será mostrado a seguir – possuem uma existência mental efetiva.

Searle denomina essa sua tese geral sobre o inconsciente de “Princípio da Conexão” (cf. SEARLE, 1990a, p. 586), pois ele enuncia a conexão conceitual da noção de inconsciente com a noção de consciência (cf. SEARLE, 2004, p. 246), ou mais exatamente a conexão entre os *estados intencionais* inconscientes e a consciência (cf. SEARLE, 1992, p. 156; SEARLE, 1997, p. 224). Digo “mais exatamente” porque o argumento de Searle é baseado nas duas características essenciais da intencionalidade¹¹ (caráter intrínseco e forma aspectual) mencionadas acima. Na visão dele: “todo estado intencional é efetivamente ou potencialmente um estado intencional consciente.” (SEARLE, 1989, p. 194).

Em três textos que coincidem amplamente em sua defesa do Princípio da Conexão – a saber, “*Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality*” (1989), “*Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science*” (1990) e no sétimo capítulo de *A redescoberta da mente* (1992) –, Searle expõe diferentes versões de um argumento cujo núcleo é a tensão entre (1) a (suposta) impossibilidade de caracterizar completamente a forma aspectual em termos objetivos¹², e (2) a existência puramente objetiva dos processos cerebrais – os únicos candidatos a serem os nossos fenômenos mentais inconscientes.

O argumento é, basicamente, o seguinte: se estados intencionais possuem *formas aspectuais*, mas estas não podem ser expressas em termos de *predicados objetivos* (cf. SEARLE, 1989, p. 199; SEARLE, 1990, p. 587; SEARLE, 1992, p. 157-58; SEARLE, 1997, p. 226-27) – ou não existem na objetividade neurobiológica (cf. SEARLE, 1990, p. 588; SEARLE, 1992, p. 161; SEARLE, 1997, p. 232; SEARLE, 2004, p. 247; SEARLE, 2015, p. 207-8) –, e se estados inconscientes *existem de modo objetivo* (na forma de processos cerebrais), então a única maneira como esses estados (inconscientes) podem ter formas aspectuais é de modo derivado, “devendo seus status mental apenas a sua conexão com estados conscientes” (ROSENTHAL, 1986, p. 329), como disse Rosenthal¹³, de modo que o caráter mental do estado inconsciente decorre de sua *possibilidade* de se tornar consciente (cf. SEARLE, 1989, p. 202; SEARLE, 1990, p. 588; SEARLE, 1992, p. 159-60; SEARLE, 1997, p. 229). E é aí que se encaixa a concepção disposicional do inconsciente: para explicar qual o tipo de possibilidade que está em jogo, a saber, a “capacidade *causal* de

¹¹ É bem verdade que, como coloca Kriegel (2003, p. 300), a forma aspectual também caracteriza experiências perceptivas, pois uma percepção representa seu objeto sob certos aspectos, e não outros. Mas o foco do argumento me parece, claramente, estar na intencionalidade das chamadas *atitudes proposicionais*, pois Searle discute majoritariamente o caso dos estados intencionais.

¹² Ou, em outras passagens, a (suposta) inexistência de formas aspectuais na neurobiologia.

¹³ Nessa passagem, Rosenthal está formulando um ponto de vista ao qual ele não adere, mas que coincide com a teoria posteriormente defendida por Searle.

produzir consciência” (SEARLE, 1989, p. 202-3; SEARLE, 1990, p. 588; SEARLE, 1992, p. 160; SEARLE, 1997, p. 230) que o estado inconsciente possui enquanto ele é um processo cerebral (objetivo).

O mesmo núcleo da argumentação reaparece em *Mind: a Brief Introduction* (2004), livro em que Searle também procura fundamentar o princípio da conexão através do jogo entre (1) a *impossibilidade de expressar* a forma aspectual em termos objetivos, e (2) a *ontologia objetiva* dos estados inconscientes. Nesse livro, ele estrutura sua argumentação em torno de uma distinção entre quatro tipos de fenômenos *supostamente* inconscientes – “supostamente” porque Searle pretende mostrar que dois deles não são inconscientes (porque não são sequer fenômenos mentais).

Ele distingue entre (a) os fenômenos *pré-conscientes*, (b) os fenômenos *reprimidos* (entre os quais se insere o “inconsciente dinâmico” – isto é, o inconsciente capaz de exercer *poder [dynamis]* sobre as ações do sujeito), (c) os fenômenos *profundamente inconscientes* e (d) os fenômenos *não conscientes*. E a sua proposta, baseada no Princípio da Conexão entre o inconsciente e a consciência, é entender os (b) fenômenos reprimidos (que em determinadas circunstâncias atuam no nosso comportamento, constituindo o “inconsciente dinâmico”) a partir do exemplo dos (a) fenômenos pré-conscientes, e entender os (c) fenômenos profundamente inconscientes em termos de (d) fenômenos não conscientes e, portanto, *não mentais* (cf. PRATA, 2017d, p. 391).

Os fenômenos (a) pré-conscientes são considerados por Searle como não problemáticos, pois são fenômenos que não temos dificuldade de atribuir a alguém, mesmo em circunstâncias nas quais o sujeito (ou o fenômeno mental) não está consciente. Não há problema em atribuir a alguém adormecido uma série de crenças, como a crença de que George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos (cf. SEARLE, 2004, p. 239), ou outros conhecimentos históricos (no caso, por exemplo, de um historiador do período medieval – cf. ARMSTRONG, 1997, p. 721).¹⁴ Não há dificuldade em se atribuir uma série de crenças mesmo a alguém plenamente desperto, nos momentos em que essa pessoa está pensando em outras coisas (cf. SEARLE, 2004, p. 239), e, de acordo com Searle, atribuir tais fenômenos mentais pré-conscientes a uma pessoa significa atribuir a ela uma estrutura *capaz* de produzir tais fenômenos de forma consciente, uma estrutura identificada “não em termos de suas características estruturais intrínsecas mas em virtude daquilo que ela é capaz de causar” (SEARLE, 2004, p. 240).

Searle recomenda a aplicação desse mesmo modelo teórico para o caso dos fenômenos (b) reprimidos, cuja compreensão se torna mais

¹⁴ Sobre a concepção de Armstrong a respeito do inconsciente, cf. Prata (2019b) e Prata (2020a).

problemática, uma vez que eles existiriam a despeito do fato de que o sujeito esteja totalmente alheio a eles e, se questionado, negaria sinceramente sua existência. Como um fenômeno propriamente *mental* (nos termos colocados por Searle – necessariamente envolvendo qualidade, subjetividade e unidade)¹⁵ poderia existir nessas condições?

A situação se torna ainda mais complicada quando consideramos que muitos fenômenos reprimidos são pensados como caracterizando um “inconsciente dinâmico”, ou seja, são pensados como capazes de influenciar as ações do sujeito. Como um fenômeno propriamente mental poderia existir e exercer poder causal sem ser vivenciado pelo sujeito? A proposta de Searle para responder essa pergunta é aplicar o mesmíssimo modelo disposicional que, segundo ele, elucida o caso dos fenômenos pré-conscientes:

“Não há realmente nenhuma dificuldade em dizer de alguém adormecido que ele acredita que George Washington foi o primeiro presidente e não há nenhuma dificuldade em atribuir toda sorte de crenças a uma pessoa consciente mesmo se ela não está pensando sobre essas crenças no momento da atribuição. Agora, me parece que esse método funciona tão bem quanto para o segundo tipo de casos, os casos de repressão. Se eu digo que Sam age por causa de uma hostilidade reprimida por seu irmão, ou que Wolfgang age por causa de um desejo inconsciente de cumprir o comando dado durante hipnose, em ambos os casos estou atribuindo uma estrutura neurobiológica capaz de causar um estado mental em forma consciente.” (SEARLE, 2004, p. 243).

A hostilidade pelo irmão, assim como o desejo de cumprir o comando dado durante a hipnose, podem ser compreendidos como estados intencionais, que, portanto, tem que possuir uma *forma aspectual*. E a posse (mesmo indireta) desta característica essencial dos estados intencionais (cf. SEARLE, 1990, p. 587; SEARLE, 2004, p. 247) é o que faz com que os fenômenos (a) pré-conscientes e os fenômenos (b) reprimidos sejam legítimos estados mentais (ainda que, segundo Searle, sejam mentais em um sentido *derivado*). E a falta dessa forma aspectual é o que leva Searle a assimilar a categoria dos fenômenos (c) *profundamente inconscientes* no interior da categoria dos fenômenos (d) *não conscientes*, fenômenos que, portanto, *não são* mentais.

Fenômenos (c) profundamente inconscientes são postulados, por exemplo, na literatura em ciência cognitiva, na qual se fala de casos em que um sujeito não pode trazer determinado estado mental à consciência porque ele

¹⁵ Como será discutido a seguir (cf. seção 5), o problema é que Searle pressupõe que o modo como vivenciamos os fenômenos mentais conscientes é essencial para a existência deles.

não é o tipo de coisa que poderia se tornar consciente, como “a criança que aprende a linguagem aplicando ‘inconscientemente’ regras computacionais da gramática universal, ou que é capaz de perceber visualmente realizando operações computacionais ‘inconscientes’ sobre os impulsos oriundos da retina.” (SEARLE, 2004, p. 241; cf. também SEARLE, 2015, p. 203-07).

Searle pretende assimilar esse tipo de caso aos casos em que ocorrem estados, eventos e processos no cérebro, que podem ser até cruciais para a produção e controle de nossa vida mental (cf. SEARLE, 1992, p. 154-55; SEARLE, 1997, p. 221-22; SEARLE, 2004, p. 243), mas que *não são* fenômenos mentais e, de fato, não podem se tornar conscientes, donde Searle os denomina fenômenos (d) não conscientes.

E o argumento de Searle para recusar caráter mental a aquilo que se pode denominar “fenômenos profundamente inconscientes” se baseia, justamente, na forma aspectual, que está ausente desses fenômenos. Nas palavras de Searle:

“O argumento que estou fazendo aqui é que nós devemos assimilar o terceiro tipo de inconsciente, o inconsciente profundo [*deep unconscious*], ao quarto tipo, o não consciente [*nonconscious*], porque os casos de inconsciente profundo não possuem a característica essencial dos fenômenos intencionais, a forma aspectual do estado intencional que o habilita a funcionar na causação mental e, portanto, justifica as formas mentalísticas de explanação causal. Não existem estados profundamente inconscientes. Existem, sim, características neurobiológicas que se comportam como se¹⁶ elas tivessem intencionalidade.” (SEARLE, 2004, p. 247).

Dessa maneira, a categoria dos estados profundamente inconscientes tem que ser absorvida na categoria dos estados não conscientes, pois a ausência de forma aspectual mostra que os (supostos) estados profundamente inconscientes não podem ser estados mentais, pois sem a forma aspectual eles não tem nenhuma conexão com a consciência.

E Searle resgata essa linha argumentativa em seu livro sobre o problema da percepção, *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception* (2015). Nesse livro, defrontando-se com a ideia de percepções inconscientes, ele insiste: “O argumento contra a existência de um nível psicologicamente real de inconsciente profundo é simplesmente que toda intencionalidade requer forma aspectual” (SEARLE, 2015, p. 205).

¹⁶ Sobre a intencionalidade *como se*, cf. Searle (1992, p. 78); Searle (1997, p. 116-17).

Searle está, aqui, se defrontando com concepções da percepção como a teoria de David Marr, para quem além de (i) um nível superior de resolução de problemas, e (ii) um nível fundamental da neurofisiologia, haveria (iii) um nível intermediário de algoritmos implementados no nível básico (cf. SEARLE, 2015, p. 203-4). Mas Searle recusa a existência desse nível intermediário, no qual supostamente ocorreria um processamento psicologicamente real de algoritmos, mas que seria um processamento totalmente inconsciente. Se, por um lado, podemos trazer os desejos e as aversões de um sujeito à consciência (por exemplo, através de perguntas), por outro lado, “no caso do nível computacional de Marr, não há perspectiva de trazê-lo à consciência porque esse não é o tipo de coisa poderia se tornar parte de nossos processos conscientes de pensamento. (SEARLE, 2015, p. 205).

De fato, um processamento de algoritmos é um tipo de manipulação simbólica que não poderíamos operar conscientemente, pois é um processo altamente complexo, feito com base em estruturas formais que não conseguimos apreender conscientemente (trata-se de longuíssimas sequências de zeros e uns – cf. SEARLE, 2015, p. 207 – processadas por regras complexas, sequências que não conseguimos abarcar no pensamento consciente).¹⁷

No contexto dessa discussão, Searle retoma o argumento da forma aspectual, enfatizando que a única realidade psicológica é a daquilo que *pode* se tornar consciente. De acordo com ele:

“A noção de um estado mental é a noção de algo que representa condições de satisfação, mas toda representação [*representation*] é sob um aspecto. Isso significa que toda representação – isso inclui apresentações [*presentations*]¹⁸ do tipo que obtemos na percepção – tem que ter alguma forma aspectual. Eu vejo a cadeira deste ângulo mas não daquele ângulo. Eu quero algo sob a descrição água, mas

¹⁷ A grande complexidade de nossos *processos cognitivos* – processos que podem ser vistos como uma parte essencial de nossa vida psicológica – me parece, na verdade, constituir um forte argumento contra a visão cartesiana da consciência – como a essência da mente – pois diante dessa (A) enorme complexidade, e diante da (B) limitação do nosso pensamento consciente – capaz de processar apenas entre 40 e 60 bits de informação por segundo, o equivalente a suas pequena sentença, já que ler cada letra do alfabeto exige aproximadamente 5 bits (cf. DIJKSTERHUIS, 2004, p. 587) – parece pouco razoável esperar que nossa experiência consciente abarque todo o domínio do mental.

¹⁸ De acordo com Searle (2015, p. 41): “Embora todos os estados intencionais com conteúdo proposicional e direção de ajuste sejam representações de suas condições de satisfação, algumas dessas representações são apresentações. Quando eu penso sobre algo, meus pensamentos são representações do que quer que eu esteja pensando. Mas quando eu percebo isso [o objeto do pensamento] diretamente – quando, por exemplo, eu vejo isso – então minhas experiências visuais são verdadeiras [*actual*] apresentações do objeto e estado de coisas visto.”

não sob a descrição H_2O . Toda intencionalidade é aspectual. Mas quando o estado é totalmente inconsciente, existem apenas fenômenos neurológicos. Não há forma aspectual no nível do estado mental inconsciente, assim, que sentido faz se nós dizemos “O homem inconscientemente quer água, mas ele não quer H_2O ”? Eu creio que nós podemos encontrar um sentido nisso supondo que a pessoa tem um estado mental que é capaz de ser trazido à consciência.” (SEARLE, 2015, p. 207-8).

No caso dos fenômenos (a) pré-conscientes e dos fenômenos (b) reprimidos, a forma aspectual não está efetivamente presente, mas, pelo menos, ela existe de forma *disposicional* (ou seja: os estados inconscientes, enquanto processos cerebrais, conservam a *capacidade causal* de gerar o estado consciente, com a sua forma aspectual). Por isso esses dois tipos de fenômenos – (a) e (b) – podem ser considerados *indiretamente* (ou *derivadamente*) mentais.

Porém, como já foi exposto acima, para considera-los assim, apenas indiretamente, e não efetivamente mentais, Searle se baseia em uma tese que será discutida mais detalhadamente na próxima seção do presente artigo: a tese de que não existe forma aspectual na neurobiologia (cf. SEARLE, 1992, p. 157-58; SEARLE, 1997, p. 226-27; SEARLE, 2004, p. 247; SEARLE, 2015, p. 207).¹⁹ Já que uma descrição neurobiológica não é capaz de identificar uma forma aspectual específica, e já que o estado inconsciente (seja pré-consciente, seja reprimido) tem que possuir forma aspectual, a única maneira como a forma aspectual pode estar preservada é *indireta*: ela é preservada não enquanto uma forma aspectual efetiva, mas sim como a *capacidade* (ou *disposição*) de gerar essa forma aspectual num estado consciente. Como esclarece Searle:

“A resposta que estou propondo, na verdade a única proposta que eu consigo pensar que faria algum sentido, é que estamos descrevendo a estrutura neurobiológica em termos de sua capacidade de causar pensamentos conscientes e comportamento consciente.” (SEARLE, 2004, p. 248).

E descrever um fenômeno inconsciente nesses termos tem como consequência que nós “não temos noção do inconsciente exceto em termos do consciente” (*Ibid.*, p. 248; cf. também SEARLE 1992, p. 152; SEARLE, 1997, p. 218; SEARLE, 1992, p. 155; SEARLE, 1997, p. 224), o que é, exatamente, o Princípio da Conexão almejado por Searle.

¹⁹ A esse respeito, como já foi mencionado anteriormente, há uma certa ambiguidade de Searle, pois, naturalmente, dizer que a forma aspectual *não existe* no nível neurobiológico é bem mais forte do que dizer que ela não pode ser completamente *caracterizada* em termos objetivos.

3. FORMA ASPECTUAL E NEUROBIOLOGIA

Conforme exposto acima, Searle defende o Princípio da Conexão baseado na característica de estados intencionais representarem seus objetos sob determinados aspectos (e não outros), de uma maneira que é saliente para o sujeito psicológico. E o que o leva a rejeitar os supostos fenômenos “profundamente inconscientes” em sua concepção do mental (assimilando-os aos fenômenos “não conscientes”, portanto não mentais) é a convicção de que essa forma aspectual *não existe*, de modo algum, nesses fenômenos. Além disso, o que o leva a considerar os fenômenos “pré-conscientes” e os “reprimidos” como fenômenos *potencialmente* mentais (existindo de maneira *disposicional*) é a convicção de que a forma aspectual não existe *efetivamente* na neurobiologia correspondente a tais fenômenos (“pré-conscientes” e “reprimidos”), mas sim existe de modo *potencial*.

Na verdade, Searle desenvolve duas linhas de argumentação: uma para refutar uma concepção behaviorista da forma aspectual e outra para refutar uma concepção neurobiológica da mesma (cf. VAN GULICK, 1995, p. 204; PRATA, 2017c, p. 210). Mas deixarei de lado a argumentação contra o behaviorismo, pois ela me parece relativamente bem-sucedida (e o próprio Searle reconhece que a argumentação contra a visão neurobiológica é menos evidente – cf. SEARLE, 1992, p. 158; SEARLE, 1997, p. 227). Porém, no meu modo de entender, se refletirmos cuidadosamente sobre situações concretas nas quais encontramos propriedades disposicionais, perceberemos o quão problemática é a alegação de Searle de que a forma aspectual não existe no nível neurobiológico.

Como já foi colocado anteriormente (cf. as notas de rodapé nº 12 e nº 18 acima), Searle é ambíguo, porque ora ele diz que a forma aspectual “não pode ser minuciosa ou completamente caracterizada apenas em termos de predicados de terceira pessoa, comportamentais, ou mesmo neurofisiológicos” (SEARLE, 1992, p. 157-58; SEARLE, 1997, p. 226-27), o que parece colocar o problema em termos *epistêmicos* (ou seja, em termos daquilo que podemos *conhecer*), ora ele vai mais longe e diz que “não há forma aspectual no nível do estado mental inconsciente” (SEARLE, 2015, p. 207-8), o que é uma alegação *ontológica* (ou seja, uma alegação a respeito do modo como, supostamente, o estado mental inconsciente *existe* – nesse caso, supostamente, existe desprovido de forma aspectual).

Entretanto, talvez – numa tentativa de encontrar coerência na teoria de Searle – possamos interpretar que, quando ele afirma que a forma aspectual

não existe no estado mental inconsciente, ele se refere à forma aspectual enquanto algo *ocorrente*, pois suas colocações a respeito da forma aspectual sugerem, sim, algum tipo de existência neurobiológica. Em *A redescoberta da mente*, ele explica:

“Mas qual fato sobre ele faz com que tenha essas crenças inconscientes? Bem, os únicos fatos que poderiam existir enquanto ele está completamente inconsciente são fatos neurofisiológicos. As únicas coisas acontecendo em seu cérebro são sequências de eventos neurofisiológicos em arquiteturas neuronais. Durante o tempo em que os estados estão totalmente inconscientes, não há simplesmente nada lá, exceto estados e processos neurofisiológicos.” (SEARLE, 1992, p. 159; SEARLE, 1997, p. 228-29, grifado no original).

Se é assim, então a forma aspectual tem que estar presente nessas condições, mesmo que seja na forma de padrões objetivos de atividade eletroquímica. E ele chega a ser mais explícito, afirmando que a diferença entre formas aspectuais tem que corresponder a alguma diferença no nível das estruturas objetivas. De acordo com ele:

“Para a pessoa que não sabe que água é H₂O, a neurobiologia que corresponde ao desejo ‘eu quero água’ é diferente da neurobiologia que corresponde ao desejo ‘eu quero H₂O’. Mas mesmo assim [*all the same*], no nível da neurobiologia, essas diferentes formas aspectuais não existem como formas aspectuais, mas, por exemplo, como diferenças na estrutura neuronal.” (SEARLE, 2004, p. 248).

É interessante notar que esse ponto é colocado por David Rosenthal²⁰ e por Max Velmans²¹ em suas objeções à concepção de Searle, e que, diante dessas objeções, Searle acaba admitindo que “ambos concordam comigo que a forma aspectual é codificada em estruturas neuronais” (SEARLE, 1990b, p. 633), admissão que, no meu entendimento, implica uma recusa da tese de que as formas aspectuais *não existem* na neurobiologia (cf.

²⁰ “Assim, mesmo se não podemos descrever a forma aspectual em termos neurofisiológicos, a forma aspectual ainda é uma propriedade de estados neurofisiológicos. Portanto não há razão porque aqueles estados neurofisiológicos que são estados intencionais inconscientes não possam ter forma aspectual. Searle não pode invocar aqui a conexão entre a forma aspectual e a consciência, já que é essa própria conexão que está em questão.” (ROSENTHAL, 1990, p. 622).

²¹ “É provável, por exemplo que *todas* as representações neurais de eventos internos ou externos codificam aqueles eventos sob certos aspectos e não outros. Na verdade, é difícil ver como qualquer sistema representacional poderia ser construído de modo diferente.” (VELMANS, 1990, p. 630).

SEARLE, 1990a, p. 588; SEARLE, 1992, p. 159; SEARLE, 1997, p. 229; SEARLE, 2004, p. 247; SEARLE, 2015, p. 207-8).

Ou seja, tal admissão sugere a perspectiva (que no meu entendimento é acertada) segundo a qual a forma aspectual, quando não há consciência, existe codificada em processos eletroquímicos. Essa perspectiva me parece acertada, porque, como coloca David Armstrong: “A quaisquer detalhes existentes na forma aspectual de uma crença consciente, tem de existir detalhes correspondentes na mesma crença quando ela é inconsciente. De outro modo, o poder da crença inconsciente de produzir a crença consciente seria mágico.” (ARMSTRONG, 1991b, p. 70; cf. PRATA, 2017c, p. 212-13).

Ao conceder tal existência objetiva da forma aspectual, Searle favorece o ponto de vista de que não é possível determinar essa forma aspectual (inconsciente) com base na descrição desses processos eletroquímicos, o que é apenas uma dificuldade meramente *epistêmica* (relativa ao que somos capazes de conhecer), pois a própria ideia de que a forma aspectual existe como uma disposição (uma capacidade causal latente) nos obriga a aceitar que (enquanto o estado intencional está inconsciente) essa forma *existe* (o que é um assunto *ontológico*) na forma de fenômenos objetivos, os quais, nas circunstâncias adequadas (por hipótese) irão causar o estado mental consciente.

O próprio Searle coloca o problema da forma aspectual em termos epistêmicos quando ele afirma que: “A evidência comportamental (...) deixa o caráter aspectual de estados intencionais indeterminado. Haverá sempre um abismo inferencial entre motivos comportamentais *epistêmicos* para a presença do aspecto e a *ontologia* do aspecto mesmo.” (SEARLE, 1992, p. 158; SEARLE, 1997, p. 227).

Mas a minha ponderação a esse respeito é que a nossa dificuldade (ou mesmo impossibilidade – no atual estado de nossos conhecimentos científicos) de determinar a forma aspectual com exatidão, durante o tempo em que ela existe inconscientemente, em nada afeta o fato de que ela tem que possuir uma *ontologia objetiva* (o modo de existência de uma entidade objetiva) enquanto ela permanecer inconsciente. Penso que a insistência de Searle na alegação de que não temos como determinar a forma aspectual quando ela existe na forma de processos cerebrais, já denota um apego excessivo ao modo como vivenciamos os estados mentais conscientemente. Apenas o apego a esse ponto de vista consciente (cf. PRATA, 2021, p. 42-43) pode explicar a resistência em atribuir um modo de existência objetivo à forma aspectual. Como já colocado acima, se a forma aspectual existe como disposição causal, então ela tem que existir na forma de um processo eletroquímico (ontologicamente objetivo).

Mas esse apego excessivo ao ponto de vista consciente se mostra de modo ainda mais claro em circunstâncias em que é ainda mais difícil negar uma existência *mental*, porém *desprovida* de qualitatividade e de subjetividade, como são as circunstâncias em que há *causação mental inconsciente*.

4. SOBRE A EFICÁCIA CAUSAL DO INCONSCIENTE

Tanto em *A redescoberta da mente* (1992) quanto em *Mind: a Brief Introduction* (2004), Searle toma o exemplo de sensações inconscientes como modelo para explicar a maneira como estados intencionais inconscientes exercem poderes causais (cf. SEARLE, 1992, p. 166; SEARLE, 1997, p. 238; SEARLE, 2004, p. 244-45). Sua alegação é que, tanto no caso de uma dor quanto no caso de um estado intencional, quando estes estão desprovidos de consciência, há um processo cerebral que é (a) *capaz de causar* um estado consciente e que (b) *causa efetivamente* o comportamento correspondente ao conteúdo do que seria esse estado consciente. Searle parece considerar isso suficiente para concluir que o estado inconsciente não possui existência efetivamente mental, mas sim, apenas, *disposicionalmente* mental.

Penso que essa conclusão é bastante estranha, pois a ideia de que (i) o estado inconsciente *causa efetivamente* um comportamento correspondente a um possível estado consciente implica que (ii) o estado inconsciente exemplifica *propriedades mentais ocorrentes*, de maneira que ele tem que ser pensado como um estado ocorrente, e não disposicional.

Partindo do princípio de que, se estados mentais são *causalmente eficazes*, então eles exercem seus papéis causais em virtude de suas propriedades mentais distintivas²², podemos dizer que quando *estados sensoriais* causam comportamentos, eles o fazem em virtude de suas *propriedades qualitativas*, assim como podemos dizer que quando *estados intencionais* causam comportamentos, eles o fazem em virtude de suas *propriedades intencionais*.²³

²² Falar de “propriedades *mentais* distintivas” não implica que essas propriedades – constatadas por nós a partir do ponto de vista de primeira pessoa – não possam ser propriedades *físicas*. Caracterizar propriedades (a) qualitativas e (b) intencionais como propriedades especificamente mentais não equivale a dizer que essas propriedades não são físicas, porque propriedades mentais podem ser concebidas como um subconjunto especial do conjunto mais amplo das propriedades físicas. Como argumenta Searle: “Eu contrasto o mental e o neurofisiológico como alguém poderia contrastar humanos e animais sem com isso implicar que a primeira classe não está incluída na segunda. Não há nenhum dualismo implícito no meu uso desse contraste.” (SEARLE, 1989, p. 209, nota nº 8. Cf. também SEARLE, 1990, p. 596, nota nº 4; SEARLE, 1992, p. 250-51; SEARLE, 1997, p. 360).

²³ Sobre as propriedades qualitativas e as propriedades intencionais como os dois tipos básicos de propriedades mentais, cf. Rosenthal (1983, p. 286-87); Rosenthal (1986, p. 332-33); Rosenthal (2009, p. 158); Gennaro (1996, p. 5); Schröder (2004, p. 26) e Prata (2022b, p.154).

E se esses fenômenos mentais, sejam sensoriais (como a dor), sejam intencionais (como o desejo), se encontram *inconscientes*, mas, mesmo assim, continuam sendo pensados como *causas* de determinadas ações²⁴, nada muda: suas propriedades mentais distintivas (sejam propriedades sensoriais²⁵ sejam intencionais, ou ambas) continuam tendo que ser pensadas como constitutivas da eficácia causal desses fenômenos mentais inconscientes, do contrário, não estaríamos diante de casos legítimos de *causação mental* (ainda que esta causação mental possa ser pensada como um tipo peculiar de causação física). Searle se compromete com esse entendimento quando ele reconhece explicitamente que é “a característica essencial dos fenômenos intencionais, a forma aspectual do estado intencional que o habilita a funcionar na causação mental e, portanto, justifica as formas mentalísticas de explanação causal.” (SEARLE, 2004, p. 247).

Mas se tais propriedades mentais desempenham, efetivamente, um papel causal, mesmo se os fenômenos mentais permanecem inconscientes, então essas propriedades estão existindo de modo *ocorrente* (e não meramente disposicional), o que significa que estamos lidando com fenômenos mentais *efetivos*, mas, mesmo assim, inconscientes. Em tal situação, a propriedade de ser consciente poderia, sim, ser pensada como uma propriedade disposicional. Estaríamos diante de um processo cerebral *capaz* de causar consciência (ou melhor, capaz de causar o estado mental em forma consciente).

Mas o meu ponto é que o processo cerebral estaria (durante o tempo em que há causação mental) causando e realizando²⁶ propriedades mentais ocorrentes, mas independentes da consciência. Se é assim, essa maneira de conceber o estado inconsciente como disposicional – uma maneira *parcialmente*

²⁴ Pensemos na dor inconsciente que causa o comportamento de proteger um membro ferido – cf. SEARLE, 2004, p. 244), ou no desejo inconsciente de obedecer a uma ordem dada sob hipnose (cf. SEARLE, 1992, p. 166; SEARLE, 1997, p. 238).

²⁵ Se uma sensação é inconsciente, então ela *não* é sentida pelo sujeito psicológico, e se ela não é sentida, então suas propriedades qualitativas – enquanto ela é inconsciente – não são as propriedades fenomenais da experiência de uma sensação. Uma maneira bastante promissora de se conceber essas propriedades qualitativas inconscientes é enquanto “as propriedades em virtude das quais nós fazemos discriminações perceptivas.” (ROSENTHAL, 2010, p. 374). A ideia é, basicamente, que “Na medida em que uma discriminação – no sentido de um ato de discernir entre certas entidades – operada por um sujeito pode ser constatada por um observador externo – uma terceira pessoa –, através do comportamento do sujeito que opera a discriminação, o papel perceptivo das qualidades mentais – ou seja, seu papel nas discriminações perceptivas dos sujeitos percipientes – nos dá um acesso objetivo a essas qualidades.” (PRATA, 2020b, p. 229).

²⁶ Na visão de Searle, fenômenos mentais conscientes são *causados* por processos cerebrais no nível micro e *realizados* no sistema cerebral no nível macro (SEARLE, 1983, p. 264; SEARLE, 1995, p. 366; 1992, p. 1; SEARLE, 1997, p. 7), caracterizando o “naturalismo biológico” de Searle. Para uma discussão das teses básicas do naturalismo biológico, cf. Prata (2009), Prata (2011) e Prata (2012).

disposicional²⁷ – não é capaz de salvar a visão cartesiana (da consciência como o fundamento da mente) com a qual Searle está comprometido, pois apesar da consciência do estado mental existir como uma disposição, tal estado possui propriedades mentais, que são independentes da consciência.

Mas se temos razões para acreditar que um estado mental inconsciente *exerce* eficácia causal, que razões nós teríamos para negar que ele possui existência mental efetiva, mesmo na ausência de consciência?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendendo defender o papel fundamental da consciência para a *ontologia* da mente – isto é, um papel fundamental para a própria *existência* dos fenômenos mentais – Searle procura acomodar a importância do inconsciente nas explicações do comportamento humano através de uma *teoria disposicional* do inconsciente. O argumento a favor dessa teoria se baseia na (aparente) contradição entre (A) a inexistência da forma aspectual em fenômenos objetivos – ou a impossibilidade de exprimir essa forma em termos objetivos (na versão mais branda do problema) – e (B) a existência puramente objetiva dos estados inconscientes (na medida em que esses estados são processos cerebrais).

Entretanto, a *inexistência* de formas aspectuais em fenômenos objetivos (como processos cerebrais), inexistência explicitamente alegada por Searle em algumas passagens, não é garantida por formulações *epistemológicas* do problema da forma aspectual, e é, em outras passagens, *negada* quando Searle afirma que as formas aspectuais tem de existir, nos estados intencionais inconscientes, codificadas em estruturas neuronais.

Além disso, quando ocorre *causação mental inconsciente*, isto é, quando fenômenos mentais inconscientes desempenham um papel na produção de nossos comportamentos, temos evidências concretas da presença de formas aspectuais em fenômenos objetivos, visto que os fenômenos inconscientes só podem existir na forma de processos eletroquímicos no cérebro, e visto que os

²⁷ No texto *Uma teoria da consciência*, Rosenthal esclarece a seguinte ambiguidade a respeito do conceito de disposição: “Por ‘estado disposicional’ alguém pode ter em mente um estado que é, simplesmente, uma disposição para estar em algum estado mental ocorrente. Mas alguém pode ter em mente também um estado mental cuja natureza pode ser proveitosamente descrita ao menos parcialmente em termos disposicionais. Ser disposicional no primeiro sentido é incompatível com ser ocorrente, mas ser disposicional no segundo sentido não é.” (ROSENTHAL, 1997, p. 732; ROSENTHAL, 2017, p. 149). Ele menciona então o exemplo da propriedade de ser inflamável, que é tanto (1) uma disposição para queimar quanto (2) uma propriedade química ocorrente. A discussão realizada no presente trabalho indica que o estado inconsciente, pelo menos enquanto exerce eficácia causal, é tanto (1) uma disposição para ser consciente quanto (2) um estado mental ocorrente.

comportamentos causados por esses processos eletroquímicos só podem existir se existirem as formas aspectuais.²⁸

Tudo isso indica que a insistência na natureza (ontologicamente) *subjéitiva* de formas aspectuais *não é* justificada. E se as formas aspectuais existem objetivamente, então o argumento para o Princípio da Conexão desmorona, argumento que (supostamente) sustenta a teoria disposicional do inconsciente. Além disso, a eficácia causal dos fenômenos mentais inconscientes mostra que eles partilham *as mesmas* propriedades fundamentais com os fenômenos mentais conscientes, a saber: as propriedades *qualitativas* e as propriedades *intencionais*, de modo que os fenômenos inconscientes e conscientes se revelam como *fundamentalmente semelhantes* (cf. PRATA, 2020c, p. 309).

E, se é assim, a propriedade de ser vivenciado por um sujeito *não é* uma propriedade essencial dos estados ocorrentes, pois um estado mental ocorrente pode carecer dessa propriedade e, ainda assim, preservar suas propriedades mentais fundamentais, de modo que a subjetividade ontológica – a característica de existir como algo *vivenciado* por um sujeito – atribuída por Searle aos fenômenos mentais não se sustenta.

Searle parece seduzido pela ideia de que qualquer concepção dos fenômenos mentais que seja formulada em termos puramente objetivos, simplesmente, passa à margem desses fenômenos – que essa concepção (objetiva) deveria explicar. Essa ideia já transparece no famoso “Argumento do Quarto Chinês”, argumento que, de acordo com Searle, mostra que o processamento *puramente formal* de símbolos não é suficiente para a existência de um genuíno *entendimento* linguístico, pois um sujeito humano poderia seguir princípios formais de manipulação de símbolos *sem entender* nada sobre seu significado (cf. SEARLE, 1980, p. 418; SEARLE, 1996, p. 69), o que leva Searle a concluir que a consideração dos nossos fenômenos mentais sempre deve ser feita a partir do ponto de vista de *primeira pessoa* (SEARLE, 1980b, p. 451).

Provavelmente, Searle foi profundamente influenciado pelas palavras de Thomas Nagel, quando ele escreveu que o caráter subjetivo de nossas experiências “não é capturado por quaisquer das recentes e familiares análises redutivas do mental, já que todas elas são logicamente compatíveis com a sua

²⁸ Se uma pessoa caminha até a cozinha, por causa de seu desejo de beber um copo d’água, enquanto seus pensamentos conscientes estão absorvidos por outras preocupações, então o seu ato de caminhar até a cozinha é causado por um desejo inconsciente, desejo este que representa as suas condições de satisfação *sob certos aspectos*, e não outros. Visto que essa *forma aspectual* é essencial para que o desejo seja o que ele é, e visto que esse desejo é a causa da ação, a forma aspectual tem que desempenhar um papel decisivo na causação dessa ação.

ausência.” (NAGEL, 1974, p. 436; NAGEL, 2005, p. 247). Em sua avaliação geral das concepções fiscalistas na filosofia da mente, Searle defende que a todos os argumentos *técnicos* – referentes aos conceitos peculiares de teorias como o behaviorismo analítico, a teoria da identidade e o funcionalismo – subjaz um argumento que Searle, em certos contextos, caracteriza como um argumento de “senso comum” (cf. SEARLE, 1992, p. 34, p. 36, p. 53; SEARLE, 1997, p. 52, p. 56, p. 81), argumento esse que, no meu modo de entender, pode ser caracterizado como um argumento articulado a partir do ponto de vista de *primeira pessoa*, a saber, o argumento de que as teorias fiscalistas *deixam a mente de fora*, excluem alguma propriedade essencial dos fenômenos mentais (cf. SEARLE, 1992, p. 30; SEARLE, 1997, p. 47-48).

Esse argumento pode ser caracterizado como um argumento de *primeira pessoa* porque Searle entende que as teorias fiscalistas são desmentidas pelas evidências de *nossas próprias experiências* (cf. SEARLE, 1992, p. 4; SEARLE, 1997, p. 11) que constituem nossa concepção de senso comum sobre nossos próprios estados mentais (cf. SEARLE, 1984, p. 14; SEARLE, sem data, p. 18), pois as teses dessas teorias negam “fatos óbvios e por todos nós conhecidos sobre as nossas próprias mentes.” (SEARLE, 1992, p. 30; SEARLE, 1997, p. 48).

Por mais que Searle alegue *superar* o problema mente-corpo, por mais que ele alegue estar propondo uma teoria que não se identifica nem com o dualismo nem com o fiscalismo tradicionais, uma teoria – por ele chamada de “Naturalismo Biológico” – que se baseia na (A) superação dos pressupostos conceituais do dualismo e do fiscalismo, e na (B) *explicação causal* da consciência em termos de processos cerebrais (cf. SEARLE, 1992, p. 100; Searle, 1997, p. 148), tudo indica que Searle foi seduzido pela *intuição* de que o modo como vivenciamos nossos estados mentais – o modo “como é” se encontrar nesses estados – não pode ser capturado por conceitos objetivos – isto é, conceitos formulados de modo relativamente independente de pontos de vista subjetivos (cf. NAGEL, 1974, p. 444-45; NAGEL, 2005, p. 256).

Todavia, a própria concepção disposicional do inconsciente implica que a forma aspectual dos estados intencionais tem que existir de modo objetivo, codificada em estruturas neuronais (cf. a seção 3), pois a capacidade, ou disposição, de produzir uma forma aspectual consciente já tem que conter essa forma em uma feição inconsciente. E a causação mental inconsciente indica que a forma aspectual de estados intencionais pode até mesmo *se manifestar* ainda que esses estados estejam inconscientes: pode se manifestar através dos *comportamentos* causados inconscientemente por esses estados intencionais. Esse último ponto – a *manifestação* de formas aspectuais

inconscientes *por meio* da causação de comportamentos – mostra que podemos ter outras vias de acesso a nossos próprios estados mentais que não é a via da consciência (cf. ROSENTHAL, 2010, p. 374).

As eventuais incertezas de nosso conhecimento indireto das formas aspectuais inconscientes – incertezas tão enfatizadas por Searle – simplesmente não me parecem suficientes para pôr em dúvida a *existência* dessas formas inconscientes, exatamente porque as incertezas são uma questão *epistêmica* – como o próprio Searle explicitamente reconhece (SEARLE, 1992, p. 158; SEARLE, 1997, p. 227) – de modo que essas incertezas não tem consequências *ontológicas*, desde que essas formas aspectuais se manifestem de maneira palpável, por caminhos independentes da consciência.

Em sua tentativa de salvar a visão cartesiana – da consciência como a essência do mental – através da teoria disposicional do inconsciente, Searle acaba tendo de conceder (a) a existência de formas aspectuais codificadas em estruturas neuronais e (b) a causação mental inconsciente, teses que mostram o fracasso da visão cartesiana.

Referências

ADAM, Ch. (Org.); TANNERY, P. (Org.). *Ouvres de Descartes – Meditations de prima philosophia*. Paris: Vrin, 1996. (Vol. VII).

_____. (Org.); TANNERY, P. (Org.). *Ouvres de Descartes – Méditations et principes (traduction française)*. Paris: Vrin, 1996. (Vol. IX).

ARMSTRONG, A. “What is Consciousness?”. In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O; GÜZELDERE, G. (Orgs.). In: *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, p. 721-728, 1997.

BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. 2ª ed. Leipzig: Meiner, 1924. [Original de 1874].

_____. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge & Kegan Paul, 1995.

COTTINGHAM, J; STOOOTHOF, R; MURDOCH, D. *The Philosophical Writings of Descartes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. (Vol. II).

DIJKSTERHUIS, A. “Think Different: The Merits of Unconscious Thought in Preference Development and Decision Making?”. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 87, Nº 5, 586-598, 2004.

FREUD, S. “Einige Bemerkungen über den Begriff des Unbewussten in der Psychoanalyse (1912)”. In: *Psychologie des Unbewussten*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 25-36, 1982. (Studienausgabe Band III).

GOLDMAN, A. *A Theory of Human Action*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970.

HARRÉ, R. “Dispositions and Powers”. In: NEWTON-SMITH, W. H. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Science*. Oxford: Blackwell, p. 97-101, 2001.

KRIEGEL, U. “Is Intentionality Dependent Upon Consciousness?”. In: *Philosophical Studies*, Vol. 116, p. 271-307, 2003.

NAGEL, T. “What Is It Like To Be a Bat?”. In: *The Philosophical Review*, Vol. 83, Nº 4, p. 435-50, 1974.

_____. “Como é ser um morcego?”. In: *Cadernos de História e de Filosofia da Ciência*. Série 3, Vol. 15, Nº 1, p. 245-62, 2005.

PAP, A. “On the Empirical Interpretation of Psychoanalytic Concepts”. In: HOOK, S. (Ed.). *Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy*. New York: New York University Press, p. 283-304, 1959.

PRATA, T. A. “Características e dificuldades do Naturalismo Biológico de John Searle”. In: *Philosophos*, Vol. 14, Nº 1, p. 141-73, 2009.

_____. “É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência?”. In: *Manuscrito*, Vol. 34, Nº 2, p. 557-78, jul-dez 2011.

_____. “É o naturalismo biológico uma concepção fisicalista?”. In: *Principia*, Vol. 16, Nº 2, p. 255-276, 2012.

_____. “A estrutura da autoconsciência na filosofia da mente de John Searle”. In: *Veritas* (PUCRS), Vol. 62, Nº2, maio-ago., p. 428-452, 2017a.

_____. “A concepção de consciência de John Searle e o problema da unidade da experiência”. In: ALVES DE SOUZA, M. J.; LIMA FILHO, M. M. (Orgs.). *Escritos de Filosofia II: Linguagem e Cognição*. Maceió: Edufal, p. 45-66, 2017b.

_____. “A concepção disposicional do inconsciente na filosofia da mente de John Searle”. In: *Revista Reflexões*, Ano 6, Nº 11, p. 201-216, 2017c.

_____. “Uma crítica à concepção disposicional de Searle sobre os fenômenos mentais inconscientes”. In: ARAÚJO, A. (Org.) [et al.]. *Pragmatismo, filosofia da mente e filosofia da neurociência*. São Paulo: ANPOF, p. 387-403, 2017d.

_____. “Uma objeção à concepção disposicional dos fenômenos mentais inconscientes”. In: *Principia*, Vol. 22, Nº 3, p. 507-526, 2018.

_____. “A teoria disposicional de Searle sobre os fenômenos inconscientes e o problema da eficácia causal”. In: *Pensando – Revista de Filosofia*, Vol. 10, Nº 19, p. 11-25, 2019a.

_____. “A consciência como uma percepção do mental e o estatuto dos fenômenos mentais inconscientes na perspectiva de David Armstrong”. In: *Sofia*. Vol. 8, Nº 1, p. 199-220, 2019b.

_____. “Consciência e fenômenos mentais inconscientes: as visões de David Armstrong e John Searle”. In: *Philosophos*, Vol. 25, Nº 1, p. 237-78, 2020a.

_____. “Existem sensações inconscientes? Um exame da teoria das sensações de David Rosenthal”. In: SOUZA, M. J. A. (Org.); LIMA FILHO, M. M. (Orgs.). *Escritos de Filosofia IV: Linguagem e Cognição*. 1ª edição. Porto Alegre: Editora Fi, p. 217-240, 2020b.

_____. “Um argumento contra a tese da subjetividade ontológica da consciência no naturalismo biológico de John Searle”. In: *Filosofia Unisinos*, Vol. 21, Nº 3, p. 303-11, 2020c.

_____. “O Naturalismo Biológico de John Searle, o ponto de vista de primeira pessoa e a recaída no dualismo”. In: *Reflexões*, Ano 10, Nº 18, p. 26-58, 2021.

_____. “A teoria disposicional de Searle e o problema da causação mental inconsciente”. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 31, Nº 61, p. 75-96, 2022a.

_____. “Pensamentos inconscientes como base de explicação da consciência enquanto propriedade de estados mentais: um exame da teoria da consciência de David Rosenthal”. In: *Revista Ideação*, No 45, p. 153-171, 2022b.

PRIOR, et al. “Three Theses about Dispositions”. In: *American Philosophical Quarterly*, Vol. 19, Nº 3, p. 251-57, 1982.

ROSENTHAL, D. “Reductionism and Knowledge”. In: CAUMAN, L. S.; LEVI, I.; PARSONS, C.; SCHWARTZ, R. (Orgs.). *How Many Questions?.* Indianápolis: Hackett Publishing Co., p. 276-300, 1983.

_____. “Two Concepts of Consciousness”. In: *Philosophical Studies* 49, p. 329-59, 1986.

_____. “On Being Accessible to Consciousness”. In: *Behavioral and Brain Sciences*. Vol. 13, p. 621-22, 1990.

_____. “A Theory of Consciousness”. In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O.; GÜZELDERE, G. (Org.). *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. *Op. cit.*, p. 729-753, 1997.

_____. “Concepts and Definitions of Consciousness”. In: BANKS, W. (Org.). *Encyclopedia of Consciousness*. Oxford (UK); San Diego (USA): Elsevier, p. 157-69, 2009.

_____. “How to Think about Mental Qualities”. In: *Philosophical Issues*. Vol. 20, p. 368-93, 2010.

_____. “Uma teoria da consciência”. In: *Perspectiva filosófica*. Vol. 44, Nº 2, p. 143-78, 2017.

SEARLE, J. R. “Minds, Brains and Programs”. In: *Behavioural and Brain Sciences* 3, p. 417-424, 1980a.

- _____. “Intrinsic Intentionality” In: *Behavioural and Brain Sciences* 3, p. 450-57, 1980b.
- _____. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *Minds, Brains, and Science*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1984.
- _____. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, sem data.
- _____. “Consciousness, Unconsciousness and Intentionality”. In: *Philosophical Topics*, Vol. 17, N° 1, p. 193-209, 1989.
- _____. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”. In: *Behavioral and Brain Sciences*. Vol. 13, p. 585-96, 1990a.
- _____. “Author’s Response”. In: *Behavioral and Brain Sciences*. Vol. 13, p. 632-40, 1990b.
- _____. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge Mass., London: MIT Press, 1992.
- _____. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. “Mentes, cérebros e programas”. In: TEIXEIRA, J. F. (Org.). *Cérebros, máquinas e consciência: uma introdução à filosofia da mente*. São Carlos: Edufscar, p. 61-94, 1996.
- _____. *A Redescoberta da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Consciousness and Language*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002.
- _____. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- VAN GULICK, R. “Consciência”. In: *Investigação filosófica*, Vol. E2, Artigo digital 2, 2012.
- VELMANS, M. “Is the mind Conscious, Functional or both?”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, 13, p. 629-30, 1990.

Email: tarik.de_athayde_prata@alumni.uni-heidelberg.de

Recebido: 09/2021

Aprovado: 07/2022